

AS RECENTES TRANSFORMAÇÕES DAS ATIVIDADES POPULARES NA ÁREA CENTRAL DE FLORIANÓPOLIS: O CASO DOS CAMELÔS E AMBULANTES

Elisa Rodrigues Dassoler¹

“As idéias vêm das limitações de espaço, tempo”

Artista Plástico Paulo Almeida, 2008

A guisa de elucidar as recentes transformações das atividades populares de camelôs e ambulantes na área central de Florianópolis – Santa Catarina – Brasil, o presente artigo dividi-se em três partes. Na primeira, busca-se caracterizar de forma resumida as dinâmicas apreendidas por este tipo de comércio popular no Brasil e em Florianópolis, notadamente no período compreendido entre os séculos XX e XXI. Na segunda parte, apresentam-se algumas contribuições teórico-metodológicas do geógrafo Milton Santos (1926– 2001), como base para reflexões que irá sugerir-se no terceiro momento deste texto, caracterizando-se assim como um estudo de caso. Longe de incitar conclusões, o presente artigo finaliza-se com algumas considerações acerca da temática estabelecida, buscando modestamente contribuir para o debate acerca do planejamento urbano local de maneira mais humana, crítica e horizontalizada.

O comércio popular realizado por camelôs e ambulantes² nas calçadas de maiores fluxos das cidades, principalmente das metrópoles do Terceiro Mundo, vem crescendo de forma significativa como uma afirmação frente às novas racionalidades criadas com a aceleração da vida contemporânea. Este aumento, notável aos olhos de quem transita pelas ruas das áreas centrais, também foi enunciado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Segundo este órgão, o comércio ambulante foi a atividade que mais cresceu no Brasil entre 1985 e 1995 (ALMEIDA, 2003,p.222).

Desenhos, gravuras e outros registros históricos e artísticos indicam que o comércio realizado nas ruas da área central de Florianópolis remete ao início da formação da cidade no século XVII, mas que este somente passa a ser notório no início do século XVIII - período que segue a criação da Capitania de Santa Catarina em 1738 - quando as atividades econômicas de subsistência, destinadas ao consumo da pequena população

¹ Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e bacharelanda em Artes Plásticas pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Integrante da Comissão Editorial da *Revista Discente Expressões Geográficas* da UFSC e do Grupo de Pesquisa *Poéticas do Urbano* (CNPq) da UDESC.

² Assim como não há consenso no emprego do termo “setor informal”, como indica Kjeld Jakobsen (2000), o uso distinto das denominações “camelôs” e “ambulantes” é comumente empreendida por diversos pesquisadores brasileiros, tais como KITAMURA, 2007; MARTINS e DOMBROWSKY, 2000; entre outros. Preferiu-se neste estudo, utilizar o termo “camelôs” para aqueles trabalhadores que vendem seus produtos geralmente na mesma localidade, fazendo ou não o uso de barraca ou suporte; e “ambulantes” para os vendedores que se deslocam permanentemente. Salvo estas distinções, ambas as denominações fazem referência ao comércio popular e seus trabalhadores se caracterizam essencialmente como “vendedores de rua”, ou seja, fazendo das calçadas e outros espaços públicos seus locais de trabalho. Importante ressaltar que no presente estudo buscou-se contemplar tanto os vendedores de rua formalizados (com autorização da prefeitura), como os informais (sem autorização).

de militares que ali habitavam, dão lugar ao crescimento da Vila, através do comércio portuário e de algumas pequenas atividades produtivas como a pesca da baleia e a produção de farinha de mandioca.

Contudo, foi somente no século XIX, após a Independência, que as exportações se intensificaram, gerando assim uma ascensão da burguesia comercial local, e neste sentido, o comércio nas ruas se amplia e ganha maior visibilidade (VAZ, 1991).

O real dinamismo e visibilidade do comércio de rua da área central de Florianópolis só viriam de fato ganhar destaque regional, pelas suas proporções, ao longo do século XX, principalmente pela intensificação dos processos de urbanização da cidade.

Vale lembrar que no período que segue os anos 1990 - marcados profundamente pela implementação de um novo modelo político-econômico no Brasil, o neoliberalismo, que gerou ao longo da década uma forte onda de desempregos em massa, - o comércio de rua passou a receber maiores atenções por parte do poder público, dada sua rápida e substancial ampliação e diversificação³.

Percebe deste modo, que a existência desse tipo de comércio popular se dá na possibilidade de um “espaço-movimento” - existência de relações espaciais que estão em movimento, ou seja, espaços em constantes transformações e deslocamentos. Por isso, costuma-se dizer que as cidades criam-se e recriam-se num movimento sem cessar. Nesta direção, Carlos (2003) diz:

(...) assistimos a um processo em que a realidade urbana se generaliza, não sem conflitos nem tampouco de forma homogênea. A vida urbana se acentua e se reforça através de múltiplas contradições e aponta para um urbano em constante realização. A cidade espelha este fato; ela não está pronta e acabada. Nela parece evitar-se cunhar o definitivo (CARLOS, 2003, p.91).

Sobre a dinamicidade das atividades comerciais de camelôs e ambulantes e a eficácia dos usos espaciais, remete-se aqui às contribuições de Paola Jacques (2003), sobre os movimentos urbanos e a desordem, no sentido de contrapor a razão instrumental positivista da ordem - onde a cidade é vista a partir de suas funções hierárquicas.

Para Jacques (2003) não basta entender a cidade pelas suas normas institucionalizadas, é preciso compreender as regras “criadas no contexto, atentando aos percursos e as distintas formas de interação”. Sobre a desordem e a “grande velocidade de mudanças”, a autora diz:

A desordem aparente pode ser o resultado de uma ordem que muda rápido demais, e o desequilíbrio, o de um equilíbrio dinâmico. A desordem se resume numa ordem temporal que parece complexa, mas cuja complexidade – bem como a descontinuidade, uma continuidade com intervalos – pode ser observada nas mudanças contínuas. O movimento constante faz o fim permanecer indeterminado. O inacabado se impõe, a ordem é incompleta e mutável. É um movimento em potencial

³ Sobre os reflexos da implementação do modelo neoliberal no Brasil, ver MATTOSO, 2001.

em direção à completude ou algo com a incerteza de futuro e a sugestão de inúmeras possibilidades de prolongamento. O inacabado incita à exploração, à descoberta (JACQUES, 2003, p.43).

Neste sentido, faz-se necessário neste estudo um “olhar atento” não somente para as regras que estão dispostas oficialmente, regras estas que, muitas vezes, são elaboradas por um grupo de técnicos (ditos planejadores) que nem sequer saem de seus gabinetes para conversar com os cidadãos e tentar apreender com eles as especificidades das atividades/usos daquele lugar. Os planejadores urbanos e suas equipes costumam aplicar com dinamismo leis reguladoras que geralmente omitem o valor social, econômico e cultural de ações populares que, em grande medida, visam essencialmente a sobrevivência de grupos sociais desfavorecidos.

No entanto, essas leis/normas institucionais se defrontam com as normas criadas informalmente pela população. Segundo Lahorgue (2002) um bom exemplo dessa “*configuração anárquica*” nas cidades, são as favelas⁴. Nas palavras desse autor,

O problema não é a falta de leis reguladoras, o problema está em não entender que existe uma contradição entre *privatização* do espaço e do consumo e as tentativas de ação de cunho *coletivo* (ou social) representadas pelo planejamento. São pressões sociais de grupos ou frações de classe que legitimam e dão forma concreta às ações “planejadas”. (...) Planejar a cidade deve ser um processo de reconhecimento de interesses e classes sociais diferentes lutando, entre outras coisas, por vantagens locacionais e serviços urbanos (LAHORGUE, 2002, p.54).

Assim, tanto as *favelas* como o *comércio de rua* de camelôs e ambulantes, aparecem frequentemente nos principais meios de comunicação e nos discursos oficiais, como o verdadeiro *caos urbano*, que as autoridades tentam, mas não conseguem controlar na sua totalidade. A busca pelo ordenamento e controle espacial que visa centralmente escamotear os verdadeiros problemas urbanos, não se apresenta como uma especificidade da cidade de Florianópolis. Infelizmente, esse tipo de ação de cunho racional, torna-se uma prática recorrente nas diversas administrações públicas brasileiras.

Grosso modo, pode-se dizer que os gestores das cidades não buscam identificar as causas/gênese dos problemas sociais em meio urbano (o que leva a uma família morar num barraco em cima de uma encosta? – ou - o que faz uma pessoa vender “bugigangas” na rua correndo sempre dos fiscais?), porque isso não importa, não tem visibilidade político-eleitoral (LAHORGUE, 2002, p. 54 -59).

O que se vê na maioria das vezes, nas propostas políticas municipais, é um frenético interesse em criar leis rígidas e fortalecer a fiscalização. O comércio de rua, assim como

⁴ Sobre as tentativas das autoridades públicas em normatizar as favelas, Jaques (2003) também nos incita questionamentos: “Será necessária essa integração formal? Não seria uma imposição autoritária de uma estética formalista visando a uniformização do tecido urbano? Por que o modelo de bairro é sempre exemplo a ser seguido em detrimento do inventivo e rico, tanto cultural quanto formalmente, processo espacial da favela? Por que não buscar respeitar a especificidade da favela, tentando aprender com a sua complexidade cultural e riqueza formal?” (JACQUES, 2003, p.14).

as favelas, geralmente estão à margem das regulamentações jurídicas, são os verdadeiros “*contra-cartões-postais*” da cidade, - o que é feio e sujo – e o que deve ser eliminado da paisagem. Essa política segregatória ratifica os interesses egoístas de uma pequena parcela da população que dita a todo restante como é que se deve viver e sobreviver. Essas políticas “de fachada” (que busca eliminar os conflitos na sua aparência e não na sua essência) reforçam interesses privados que desejam a todo custo que a cidade se torne cada vez mais produto de competição.

FLORIANÓPOLIS NA DIMENSÃO ESPAÇO-TEMPO: notas introdutórias sobre a formação socioespacial de Florianópolis

*“Ora, o espaço é a matéria trabalhada por excelência:
a mais representativa das objetificações da sociedade,
pois acumula no decurso do tempo, as marcas das práxis acumuladas”*

Milton Santos em “Pensando o espaço do homem”

Uma das contribuições de Nelson Vaz (1991) para a Geografia Catarinense foi sua primorosa dissertação, que se apresenta como um estudo sistêmico sobre a área central de Florianópolis, servindo deste modo, como um importante referencial para as análises da formação socioespacial aqui compreendidas. O referido autor incita que Florianópolis, desde a sua origem no século XVII, passou por significativas transformações, mantendo-se na área central, durante muito tempo, o foco evolutivo das atividades comerciais, e conseqüentemente da hegemonia do capital.

Neste sentido, Vaz (1991) assinala em quatro períodos históricos, trajetórias que permitam compreender a dinâmica populacional de Florianópolis (notadamente até os anos 1990), assim como a reorganização estrutural de seu espaço em função da sua economia. Para que este trabalho avance no sentido da pesquisa, apresenta-se após esses quatro períodos, o quinto e atual período, caracterizado principalmente pelo neoliberalismo e pelas políticas públicas de formalização de camelôs e ambulantes com a construção dos “Camelódromos” municipais.

O primeiro período coincide com fases do processo da colonização brasileira até a Independência em 1822. Neste período a Vila do Desterro, caracterizava-se pela ocupação militar, onde tudo girava em torno da defesa do porto e do governo da capitania. A pobreza era substancial, dada a dependência aos comandos militares distantes. Essa estagnação somente será alterada com a chegada dos imigrantes açorianos e madeirenses que aportaram em Desterro na metade do século XVIII. Ainda neste primeiro período, não são visíveis registros substanciais de urbanização, apenas marcas da pequena ocupação (algumas edificações) principalmente na área central. A economia local era caracterizada pela pequena agricultura, pesca da baleia, produção de farinha de mandioca, e tecelagens de algodão e linho. Essas atividades não recebiam estímulos significativos da metrópole e por isso apresentavam sérias dificuldades técnicas e organizacionais (VAZ, 1991).

No **segundo período** (após a Independência), Desterro passa a categoria de cidade. Isso ocorreu em 1823 e a partir daí aconteceram alterações perceptíveis na paisagem urbana.

Neste período intensificaram-se as atividades portuárias e a burguesia comercial local amplia poderes e propõe modificações para a cidade. É nessa época que se evidencia o nascimento de uma “vida urbana”, através da implementação de infra-estruturas, como o calçamento de ruas e praças e o advento da iluminação pública (primeira metade do século XIX). Outras melhorias foram incorporadas somente no final do século XIX, com os bondes puxados a burros e carruagens como meio de transporte dessa burguesia em crescimento. A praça da catedral recebeu tratamento paisagístico e se tornou o logradouro mais adequado aos encontros dos cidadãos mais abastados (VAZ, 1991).

O **terceiro período** – que sucede a “Revolução de Trinta” (1930) - marcado no Brasil pela passagem da hegemonia comercial para a industrial, não trouxe reflexos diretos à cidade, pois Florianópolis não se destaca notoriamente no processo nacional de industrialização. Com a inauguração da ponte Hercílio Luz em 1926, tornando o acesso à ilha (fluxo de mercadorias e pessoas) mais fácil via transporte rodoviário, assiste-se gradativamente a decadência do porto. Assim, pode-se dizer que o crescimento da máquina estatal (centralização dos serviços públicos) vai desenvolver um tipo de dinamismo à cidade que fora subtraído com a decadência da atividade portuária, onde são ampliados vários tipos de serviços públicos, destacando-se a esfera estadual, comumente mencionado por diversos pesquisadores dessas temáticas (VAZ, 1991 e MACHADO, 2000, 2003).

É importante ressaltar que entre as décadas de 1930 e 1960, a cidade manteve-se num ritmo quase vagaroso, e que somente a partir dos anos sessenta, as transformações na cidade tomaram ritmos cada vez mais acelerados, provocados principalmente pelo aumento populacional. Conforme Machado (2003):

A capital dos catarinenses como local de “centro comercial” com um porto e uma ponte servindo de comunicação marítima ou rodoviária, respectivamente, com o resto do estado e do país e até países meridionais sul-americanos, mergulhou a partir dos anos 30, num gradual decréscimo em suas atividades e manteve sua paisagem quase intacta, voltando a expandir-se na década de 1960 por influência de iniciativas estatais (MACHADO, 2003, p.247).

Deste modo, o adensamento da área central e a expansão periférica, pós 1960, vão alterar de forma significativa a paisagem urbana da cidade. Este é, então, o **quarto período**, onde se destacam os sistemas de circulação, transporte rodoviário, de comunicação e controle. O discurso desenvolvimentista estatal passou a ser neste período autoritário militar, objetivo estratégico em escala nacional, onde visava-se a centralização das decisões, dos recursos públicos e do monitoramento espacial (VAZ, 1991).

É a partir dos anos 1960, portanto, que Florianópolis expressa na sua legislação, preocupações com a forma com que a cidade vem se desenvolvendo. Segundo Pereira (2004) a primeira experiência modernista/desenvolvimentista de Florianópolis se apresenta através da elaboração do seu primeiro Plano Diretor em 1951. Este plano não chegou a ser implementado, mas já se anunciava legalmente as diretrizes racionalistas de ordenamento do espaço urbano. As principais características desse primeiro plano, elaborado por Edvaldo Paiva e equipe, e do segundo plano de 1969, elaborado por Gama d’Eça, era a hierarquização das vias de transporte e a localização específica de

certos órgão funcionais, tais como rodoviária, centro cívico, campus universitário e estádio esportivo (PEREIRA, 2004).

Destaca-se também neste quarto período em Florianópolis, um incremento populacional principalmente de migrantes das regiões sul e sudeste brasileira, que vinham à Florianópolis atraídos por ofertas de trabalho gerados pela implantação da sede da Eletrosul, das universidades (Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC), assim como da multiplicação das empresas estatais como Celesc e Telesc e de economia mista (VAZ, 1991 e MACHADO, 2003).

Deste modo, chegou-se à cidade contingentes significativos de pessoas qualificadas (técnicos, mestres e doutores) para trabalhar naquelas empresas e instituições, mas também trabalhadores sem qualificação de trabalho urbano, que logo viriam a compor a massa de “mão-de-obra barata” para a construção civil e prestação de pequenos serviços, normalmente compondo a economia informal (VAZ, 1991). Muitas dessas pessoas com baixa qualificação, são provenientes do interior do Estado de Santa Catarina e migram geralmente com apoio de parentes e amigos⁵.

CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA: algumas notas para a reflexão do estudo de caso

Milton Santos (1979) em sua publicação “*O Espaço Dividido*”, teoriza sobre o desenvolvimento econômico nos países de Terceiro Mundo em sua dimensão espacial, contribuindo de forma expressiva para as análises geográficas. Santos parte das modernizações tecnológicas para a compreensão dos dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos, definindo o Circuito Superior (puro e marginal) e o Circuito Inferior. Para ele, os dois circuitos estão articulados entre si, principalmente pela dependência e subordinação do circuito inferior em relação ao superior. As diferenças fundamentais entre as atividades dos dois sistemas são: modalidades de capital, tecnologia e organização (SANTOS, 1979). Assim:

O circuito superior utiliza uma tecnologia importada e de alto nível, uma tecnologia “capital intensivo”, enquanto que no circuito inferior, a tecnologia é “trabalho intensivo” e frequentemente local ou localmente adaptada ou recriada. (SANTOS, 1979, p. 33).

De acordo com Santos, as diferenças (quantitativas e qualitativas) de consumo pela população urbana é resultado direto da divisão de classes, na qual convivem no mesmo sistema uma grande massa de pessoas com renda extremamente baixa, ao lado de uma minoria com rendas elevadas. As necessidades são satisfeitas por aqueles que podem ter acesso aos bens e serviços oferecidos na e pela cidade, enquanto outros lutam pela

⁵ Essa massa de pessoas com baixa qualificação, que viria a compor a economia informal, não se restringe aos novos migrantes. Antigos moradores do interior da ilha, que encontravam dificuldades financeiras nas suas atividades (principalmente na pesca e agricultura), assim como moradores do maciço central e dos bairros continentais, vinham à área central de Florianópolis com esperança de melhores oportunidades de trabalho e renda.

sobrevivência, consumindo de forma ínfima e normalmente criando atividades de pequenas dimensões. Essas diferenças no consumo são causa e efeito de dois circuitos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços (SANTOS, 1979, p.29). Para esse autor:

Um dos dois circuitos é o resultado direto da modernização tecnológica. Consiste nas atividades criadas em função dos progressos tecnológicos e das pessoas que se beneficiam deles. O outro é igualmente um resultado da mesma modernização, mas um resultado indireto, que se dirige aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam dos progressos técnicos recentes e das atividades a eles ligadas (SANTOS, 1979, p.29).

Assim, se o circuito superior é originado diretamente da modernização tecnológica e organizacional, e representado principalmente pelas grandes corporações, bancos, monopólios e oligopólios que mantêm suas relações de domínio no local sob comandos externos (relações que se dão fora da cidade ou da região), o circuito inferior caracteriza-se pelo potencial criativo de grande geração de empregos locais, utilizando capitais reduzidos e baixo grau tecnológico e organizacional. Enquanto que o fundamento do circuito superior é o dinheiro em estado puro, o fundamento do circuito inferior é o trabalho e seus produtos (SANTOS, 1979; SILVEIRA, 2007, p.20).

O que nos interessa especificamente aqui é pensar como esse estágio da moderna divisão social e territorial do trabalho, baseada nos progressos *“técnico-científico-informacionais”*, dita à população diferentes modos e velocidades de se reproduzir a vida. *“É a corrida pela inovação que, modificando os sistemas de objetos e ações, permitirá novos e maiores excedentes e, em decorrência, reforçará a desigualdade”* (SILVEIRA, 2007, p.3).

Um elemento que parece ser essencial para a compreensão da dinâmica produtiva e dos atuais nexos dos dois subsistemas (os dois circuitos), através da reorganização espacial da economia e do Estado, é o papel das formas de consumo.

Presencia-se hoje, cada vez mais, um desenfreado apelo ao consumo, imposto principalmente pela lógica da informação e da publicidade. Mais do que satisfazer as necessidades básicas, a lógica do consumo aparece como algo imprescindível, gerando assim um *“consumo ideologizado”* (SANTOS, 2007a, p.48). Nesse mesmo sentido, Silveira (2007) aponta que:

[...] a produção da escassez parece ter duas vertentes: a escassez real que resulta da falta de bens sem os quais a vida individual e coletiva não é possível, e a sensação de escassez criada pela força da propaganda e do crédito. De um modo ou de outro, a vocação ao consumo se alastra, aumentando as demandas insatisfeitas e permitindo a perpetuação de divisões territoriais do trabalho responsáveis pela produção de bens e serviços de menor valor, ora indispensáveis à vida, ora tornados indispensáveis pelos efeitos da propaganda. O circuito inferior consolida-se graças às duas vertentes (SILVEIRA, 2007, p. 4 e 5).

Assim, percebe-se que atualmente as mudanças nos padrões de consumo, não são restritas ao circuito superior. Os pobres, cada vez mais, aumentam seus consumos, principalmente no que se refere à aquisição de produtos oriundos do circuito superior. E isso ocorre, substancialmente, por intermédio das estratégias de crédito ao consumidor (SILVEIRA, 2007, p.5). Nas palavras da autora:

[...] a população que trabalha nos circuitos superior marginal e inferior acaba consumindo nas redes do circuito superior graças à oferta de financiamento na própria loja. Formando parcerias com bancos, essas empresas não apenas oferecem crédito para compra por meio de cartões, carnês ou cheques pré-datados, mas também seguros e crédito pessoal. A contratação do empréstimo é mais fluida do que num banco, pois as condições são menores e o custo do dinheiro é também mais alto. O empréstimo torna-se, para a empresa, uma operação mais rentável do que a venda do produto (SILVEIRA, 2007, p.15).

Portanto, pode-se dizer que na maioria das vezes, os agentes do circuito superior estão mais interessados em vender crédito do que produtos, e encontram na publicidade, o melhor mecanismo de aliciação. Diz Santos (2007a) que *“um dado essencial do entendimento do consumo é que a produção do consumidor, hoje, precede à produção dos bens e serviços (...) Daí, o império da informação e da publicidade”* (SANTOS, 2007 a, p. 48).

Grosso modo, considera-se que dada a conjuntura, os pobres, na maioria das vezes, encontram graves dificuldades em quitar suas dívidas. A “liberdade” de consumir vem atrelada à rígida dependência da lógica do crédito. A partir dessas ponderações, é possível estabelecer um entendimento do crescente e concomitante aumento do consumo e da pobreza, como a seguir se fará abordagens baseadas nas análises concretas ora estudadas.

O COMÉRCIO POPULAR DE CAMELÔS E AMBULANTES NA ÁREA CENTRAL E O SURGIMENTO DOS CAMELÓDROMOS

É mais precisamente a partir do início da década de 1990 que nota-se um significativo crescimento de trabalhadores informais nas ruas da área central de Florianópolis, reflexo da reestruturação produtiva que passou o país com a abertura comercial iniciada com a eleição e posse de Fernando Collor de Melo, em 1989, à presidência da República.

As restrições à produção e ao emprego formal, decorrentes da implementação do “novo modelo político e econômico neoliberal”, implicaram numa redefinição das relações de produção, e, portanto, numa reconfiguração do mundo do trabalho, sendo as principais consequências desta nova condição, a flexibilização do mercado de trabalho e a terceirização progressiva da produção (POCHMANN, 2000; SPOSITO, 2006).

O significativo aumento no número de camelôs e ambulantes na área central sem licença para trabalhar, causou sérias preocupações para o poder público, que visava manter a cidade “limpa” e ordenada, diferenciando-se aparentemente das demais capitais brasileiras.

Essas preocupações com a imagem da cidade (leia-se estética) e com o ordenamento territorial, já haviam sido expressas no final do século XIX, mais precisamente em 1894, quando as forças do republicano Marechal Floriano Peixoto apresentaram, além de um novo nome à cidade, agora, “Florianópolis”, a mudança do regime de governo, que dentre outras estratégias, visava normatizar os parâmetros urbanísticos e arquitetônicos, através da regulamentação de hábitos de higiene e comportamento social, descritos e homologados no Código de Posturas Municipal (SEIXAS, 2005, p.09-10).

Já no século XX, destaca-se a partir da década de 1950, outro período expressivo dessas preocupações racionalistas do espaço urbano. Foi a partir desse período que Florianópolis enseja seu primeiro Plano Urbanístico. Este Plano mostrou claramente “(...) a negação da cidade tradicional e a forte inspiração funcionalista” (PEREIRA, 2004). Deste modo, pode-se dizer que esses planejadores estavam mais preocupados com as formas, do que com os processos que (trans)formam o espaço.

Neste sentido, Tzonis (1977) indica que não é possível entender a metodologia empregada pela arquitetura racionalista sem aceitar o desenvolvimento da organização do poder e da função desempenhada pelo mercado e pela cultura capitalística como seus determinantes fundamentais (TZONIS, 1977). Nas palavras do autor:

(...) la arquitectura racionalista no es resultado únicamente del desarrollo de ciertos métodos capaces de controlar la producción de bienes materiales mediante objetos diseñados, sino también de la lenta aparición de una sociedad basada en las funciones del mercado, del capital (TZONIS, 1977, p.73).

Embora hoje muitos estudiosos e profissionais do planejamento urbano e regional, identifiquem os paradigmas modernista como retrógrados e/ou ultrapassados, são esses ainda hoje, amplamente utilizados na construção de planos urbanísticos e de jurisdição, pois estes se apresentam como importante instrumento de controle e cooptação dos poderes hegemônicos locais, de cunho econômico, político e cultural.

Infelizmente, o “pensamento modernista-funcionalista-desenvolvimentista”, de cunho segregatório, persiste até hoje em Florianópolis, resistindo às premissas do Estatuto da Cidade⁶, que adverte aos municípios brasileiros e a todos os cidadãos, que os Planos Diretores devem estar abertos às inovações e à criatividade, de forma a estimular um amplo processo de participação e produção coletiva (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004).

À exemplo do descaso dos “planejadores” e das dificuldades comunicacionais da população em discutir “a cidade”, a apropriação dos espaços públicos por camelôs e ambulantes, não é tema discutido no IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis), sendo esta responsabilidade exclusiva da SUSP (Secretaria de

⁶ O Estatuto da Cidade foi criado em 2001, através da Lei 10.257/01, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece parâmetros e diretrizes da política urbana do Brasil. Oferece instrumentos para que o município possa intervir nos processos de planejamento e gestão urbana e territorial, e garantir a realização do direito à cidade. Assim, os princípios que devem nortear os Planos Diretores estão contidos no Estatuto da Cidade (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004).

Urbanismo e Serviços Públicos). Assim, o planejamento da cidade que busca integração, paradoxalmente não o realiza na práxis.

As tentativas por parte da Prefeitura de normatizar/ordenar as atividades realizadas por camelôs irregulares na área central, foram idealizadas com a construção de dois Camelódromos na área central, um no início e outro no final da década de 1990, para que, deste modo, fosse possível a eliminação do comércio irregular das calçadas.

Segundo o presidente da ASSEPECOM⁷, em texto divulgado na internet, o primeiro camelódromo surge em 1991, como “(...) uma ação da prefeitura para “limpar” as ruas e tirar todo aquele pessoal que estavam ali para vender seus produtos (...)”. Assim, surgiu a idéia de criar um “novo centro de compras” denominado Camelódromo Municipal de Florianópolis. Segundo ele, a construção do primeiro Camelódromo foi financiada e organizada pelos próprios comerciantes (antigos camelôs de rua), sendo que a participação da Prefeitura se deu através do cadastramento prévio dos camelôs e da liberalização de uma área de 1140m², próximo ao novo terminal de ônibus e ao Mercado Público.

Vale ressaltar, que já no início da implementação do primeiro Camelódromo, não foi possível contemplar todos os camelôs cadastrados com um espaço físico (box), e mesmo depois, com a construção do segundo Camelódromo no final da década de 1990, isso também não foi possível. Portanto, fica evidente que não há como banir permanentemente esse tipo de comércio, já que esse é essencialmente dinâmico, atraindo a todo momento novos trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Hoje, falar em cidade, em meio urbano, significa falar em espaço contínuo e compartilhado por arquiteturas, ruas, cartazes, anúncios e multidões de pessoas que nele desenham suas políticas e poéticas de moradia, trabalho, comunicação, lazer e sobrevivência diária. Vivemos em nossas cidades ritos simultâneos de uma humanidade misturada. A competição por tempo e espaço é inevitável.”

Célia Maria Antonacci Ramos, 2008.

O presente artigo buscou analisar nas dinâmicas das atividades comerciais populares de camelôs e ambulantes da área central de Florianópolis, contextos da sua contemporaneidade.

Através de levantamento bibliográfico e empírico (entrevistas), verificou-se que o comércio popular realizado nas ruas da área central de Florianópolis remete ao início da formação da cidade no século XVII, ganhando maior visibilidade ao longo do século XIX com a expansão das atividades portuárias. Entretanto, foi somente no século XX

⁷ ASSEPECOM - Associação dos Pequenos Comerciantes do Camelódromo Municipal de Florianópolis

que o comércio de rua da área central se dinamiza, ganhando maiores proporções. Ressalta-se, que foi a partir dos anos 1990 que comércio de rua realizado por camelôs e ambulantes recebeu maiores atenções por parte do poder público, dada sua substancial ampliação e diversificação ao longo do tempo.

A atenção da Prefeitura ao comércio de rua se materializou na construção de dois Camelódromos Municipais, no sentido de formalizar essas atividades e “limpar a cidade”. Entretanto, os órgãos públicos continuaram sem oferecer apoio político-educacional a esses trabalhadores, e na sua contradição, mantiveram a política de coerção aos trabalhadores informais que continuavam nas ruas por não conseguir uma vaga no Camelódromo.

Neste sentido, notou-se que os planos diretores de Florianópolis revelam nas suas especificidades, maiores preocupações com as questões de zoneamento (onde, quando, como e quanto construir), esquecendo de levar em conta grande parte dos conflitos e potencialidades da vida urbana.

Assim, pode-se dizer que a diversidade socioespacial que encontramos em Florianópolis é resultado das complexas contradições da racionalização do espaço geográfico, marcado intencionalmente pela técnica, ciência e informação. Essas contradições geram a experiência da escassez para a maioria da população, que usa essa como base, para criação de novas e renovadas formas de se produzir a vida.

Santos (2006) usa o termo “*contra-racionalidades*” para essas novas formas, que constituem, na verdade, outras formas de racionalidade⁸ (SANTOS, 2006, p.309).

Deste modo, considera-se neste estudo que o comércio de rua é heterogêneo não somente pela ampla diversidade de produtos e serviços oferecidos, mas principalmente pelas múltiplas e distintas relações estabelecidas entre a produção, circulação, distribuição e consumo de bens e serviços.

Os modos de organização dos camelôs e ambulantes na área central de Florianópolis assinalam o quão dinâmicas são essas atividades populares. É através das interdependências que existem entre as pessoas (camelôs e consumidores) e o lugar, que surge de modo espontâneo e igualmente transformador, uma nova organização produtiva que responde aos anseios de uma sociedade que busca consumir e reproduzir sua existência.

Percebe-se que essa organização é geradora de *desconformidades*, principalmente para o entendimento do poder público, que enquadraram esses trabalhadores como aqueles que se situam fora das normas. Embora essas atividades populares permitam uma grande geração de empregos locais (único modo de sobrevivência para muitos), de uma ação comunicativa realizada há muitos anos, e caracterizada pela criatividade de novas formas de organização e produção da vida, tais atividades encontram-se atualmente à

⁸ “Essas contra-racionalidades se localizam, de um ponto de vista social, entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias; de um ponto de vista econômico, entre as atividades marginais, tradicional ou recentemente marginalizadas; e, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais “opacas”, tornadas irracionais para os usos hegemônicos. Todas essas situações se definem pela sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades dominantes, já que não dispõem de meios para ter acesso à modernidade material contemporânea” (SANTOS, 2006, p.309).

margem dos padrões estabelecidos pelas ordens de controle que visam regulação e eficácia dos usos espaciais em Florianópolis.

A busca pela uniformidade e pela eliminação da desordem, se impõe à cidade através das *normas de ação* executadas pelo poder público, que atendem aos comandos verticais que se materializam nas diversas escalas - do local ao global. Essas normas oficiais se defrontam com as normas criadas no local de modo informal. Assim, pode-se dizer que essas “normas locais”, fundadas especialmente nas relações horizontais, apresentam-se num cotidiano compartilhado, solidário e conflitivo, como novas formas de se reproduzir a vida.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eliza. O Processo de Periferização e Uso do Território Brasileiro no Atual Período Histórico. In: SOUZA, Maria Adélia de (org). **Território Brasileiro. Usos e Abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003.

ASSEPECOM – Associação dos Pequenos Comerciantes do Camelódromo Municipal de Florianópolis. **Histórico do Camelódromo Municipal de Florianópolis**. Disponível em: www.camelodromofpolis.com.br

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 7ª edição. São Paulo: Contexto, 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 4ª edição. 6ª impressão. São Paulo: Editora Ática, 2005.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Disponível em: www.ibge.gov.br

JACQUES, Paola Berenstein. **Estética da Ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

JAKOBSEN, Kjeld A. A dimensão do trabalho informal na América Latina e no Brasil. In: JAKOBSEN, K; MARTINS, R; DOMBROWSKI, O (orgs.). **Mapa do trabalho informal. Perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

KITAMURA, Camila Kazumi; MIRANDA, Mariana; FILHO, Vitor Ribeiro. O Comércio e Serviços ambulantes: uma discussão. In: **Revista On-line Caminhos da Geografia**. Uberlândia. V.8, nº 23, ano 2007. ISSN: 1678-6343.
Disponível em: <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>

LAHORGUE, Mário Leal. Cidade: obra e produto. In: **GEOSUL – Revista do Departamento de Geociências**. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Volume 17, número 33, Junho de 2002.

MACHADO, Ewerton Vieira. **Florianópolis: Um Lugar em tempo de Globalização**. Tese de Doutorado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, 2000.

_____. A Inserção de Florianópolis na Formação Socioespacial Brasileira Contemporânea. In: SOUZA, Maria Adélia de (org). **Território Brasileiro. Usos e Abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado. Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90**. 3ª edição. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

MARTINS, Renato; DOMBROWSKY, Osmir. Estudo de Casos. In: JAKOBSEN, K; MARTINS, R; DOMBROWSKI, O (orgs.). **Mapa do trabalho informal. Perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Plano Diretor Participativo: Guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos**. Editoração: Tecnopop, 2004.

PEREIRA, Élson Manoel. **O pensamento de Lúcio Costa no urbanismo de Florianópolis/SC, 2004**.

Disponível em: www.cce.ufsc.br/~elson/artigo%20Lucio%20Costa.rtf.

POCHMANN, Márcio. O excedente de mão-de-obra no município de São Paulo. In: JAKOBSEN, K; MARTINS, R; DOMBROWSKI, O (orgs.). **Mapa do trabalho informal. Perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

RAMOS, Célia Maria Antonacci. Apresentação do Camelódromo Cultural. In: RAMOS, Célia Maria Antonacci (org.). **Camelódromo Cultural: IV Colóquio Poéticas do Urbano**. Florianópolis: Ed. Bernuncia, 2008.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Tradução de Myrna T. Rego Viana. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

_____. O Retorno do Território. In: SANTOS, Milton (org). **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Ed. HUCITEC/ANPUR, 1994.

_____. A Forma e o Tempo: A história da cidade e do urbano. In: **Técnica – Espaço – Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional**. 2ª ed. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1996.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª edição. 2ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007 a.

_____. **Pensando o Espaço do Homem**. 5ª edição. 1ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007 b.

_____. **A Urbanização Brasileira**. 5ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2004.

SEIXAS, Marcelo Pereira. Florianópolis: a cidade que não pára. In: RAMOS, Célia Maria Antonacci (org). **Poéticas do Urbano**. Florianópolis: Bernúncia, 2005.

SILVEIRA, Maria Laura. **Crises e Paradoxos da Cidade Contemporânea: os Circuitos da Economia Urbana**. Anais do X Simpósio Brasileiro de Geografia Urbana. Florianópolis, 2007.

_____. Globalización y circuitos de la economía urbana en ciudades brasileñas. In: **Cuaderno del CENDES**, año 21, numero 57, 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. In: **Revista Geográfica**. Número 10. Pág. 1-18, 1991.

TZONIS, Alexander. **Hacia un ambiente no opresivo**. Traducción: Maria Tereza Muñoz. 1ª edición española. Madrid: Hermann Blume Ediciones, 1977.

VAZ, Nelson Popini. **O Centro Histórico de Florianópolis. Espaço público do ritual**. Florianópolis: FCC Ed./Editora da UFSC, 1991.